

“O POVO TEM FOME”: uma reflexão sobre a penúria em Salvador na Primeira Re- pública (1889-1920)

Recebido: 04/04/2019
Aprovado: 24/05/2019

Osnan Silva de
Souza 

Graduado em História pela
Universidade do Estado a Bahia.

RESUMO

A pretensão é, através deste artigo, fazer algumas considerações sobre a fome em Salvador durante a Primeira República, sobre como esse fenômeno impactou o cotidiano das pessoas, de diversas maneiras, e sobre como elas reagiram por meio da organização e mobilização política, da mendicância, dos furtos e de outras ações. São apresentados, também, a situação socioeconômica da cidade no período, seus possíveis motivos, e os debates sobre o assunto. Para tanto, foram necessários o diálogo com autores que são referências na historiografia sobre a temática, assim como a análise de fontes, como relatórios políticos, noticiais, reclamações, poemas etc.

PALAVRAS-CHAVE

Fome; Salvador; Primeira República.

Introdução

Em 2010, o poeta Renan Gomes (ou Renan Inquérito) escrevia e cantava: “De Porto Alegre ao Acre / A pobreza só muda o sotaque / Miséria não tem fuso horário nem idioma / É a mesma no mundo todo, desde o Império de Roma”. E continuava: “e o som do estômago vazio roncando / Não muda do Árabe para o Castelhana / A fome é a única língua universal / Sem tradução, fala com a expressão facial”.¹ Não se sabe se o que o inspirou foi a sua formação acadêmica como geógrafo ou a sua intelectualidade como *rapper*. Talvez ambos o tenham levado a tal rima. A fome no Brasil e no mundo foi e vem sendo produto de discussões, debates, pesquisas e movimentação em diversos ambientes da sociedade. Na historiografia, as análises dos historiadores marxistas ingleses problematizando a fome, a carestia, a escassez, as multidões e outros elementos, servem de base teórica de reflexão e discussão historiográficas para muitos outros trabalhos. Em *A Formação da Classe Operária Inglesa e Costumes em comum* (sobretudo o capítulo “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”), Edward Palmer Thompson discute os motivos que levaram as multidões a se movimentar na Inglaterra do final século XVIII e início de XIX.

Thompson opõe sua própria visão ao que ele chama de visão espasmódica sobre a multidão, que a vê como um bando de esfomeados se movimentando contra a carestia dos produtos de primeira necessidade. Para o historiador inglês, as multidões não se moveriam tão somente por causa da barriga vazia, por causa da fome: “os homens e mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade”.² Estavam ali o sentimento de injustiça, pressupostos morais de que era errado aumentar e privar o povo do pão; os desrespeitos às leis, ambição de alguns especuladores e açambarcadores, as negligências de algumas autoridades. Enfim, uma série de elementos constituiria a força motriz dos motins da fome:

Na verdade, se quisermos questionar a visão espasmódica e unilinear dos motins da fome, basta apontar esse motivo contínuo da intimidação popular, quando homens e mulheres, quase a ponto de morrer, ainda assim não atacavam os moinhos e os celeiros para roubar os alimentos, mas para punir os proprietários. Reiteradas vezes, os cereais ou a farinha eram espalhados ao longo das estradas e das sebes, despejados nos rios, as máquinas do moinho eram danificadas, e suas represas escoadas (...).³

Outro historiador é Georges Rudé, com sua formidável obra *Multidões Na História*, em que analisa os muitos motins da fome na França e na Inglaterra dos séculos XVIII e

1 Renan Inquérito, Miséria. In.: Grupo Inquérito. Mudança. Nova Odessa, Inquérito Produções, 2010.

2 Edward P. Thompson, *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005, p. 152.

3 Thompson, *Costumes em comum*, p. 182.

XIX. Ele não vê um fator determinante impulsionando as multidões, e também critica as análises superficiais, como as espasmódicas, afirmando que muitas vezes as dificuldades econômicas trazem à superfície as velhas reivindicações tradicionais e básicas de toda população, neste caso, rural.⁴ Porém, nos mostra que as diversas perturbações populares, qualquer que tenha sido seu ponto de origem, estavam rigorosamente relacionadas à escassez e aos altos custos dos cereais.⁵ Em poucas palavras, o problema da fome, o alimentar em geral, seu valor, sua qualidade, às vezes se ligava a outros problemas políticos, econômicos e sociais: houve “motins da fome, que ocasionalmente, mas nem sempre, coincidiram com as atividades lúdicas”⁶ na Inglaterra, escreve, acrescentando que, na França, “o problema alimentar também teve seu papel nos acontecimentos que levaram à tomada da Bastilha”:⁷

De fato, de todas as grandes *journalées* da Revolução na capital, houve apenas uma na qual o preço ou abastecimento dos alimentos ou do pão não parece ter desempenhado qualquer papel (...). Se, portanto, o motim da fome esteve latente em tantas manifestações políticas, não nos pode surpreender que, ocasionalmente, ela surgisse por si mesmo (...).⁸

Aqui no Brasil, alguns estudos também merecem destaque, como o de João José Reis e Márcia Gabriela D. de Aguiar, “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. Os historiadores narram que, em Salvador, em fevereiro de 1858, uma multidão enfurecida gritava palavras de ordem na rua – “carne sem osso, farinha sem caroço” –, expondo para os governantes a sua insatisfação com o preço da carne verde, que, além de cara, tinha má qualidade. Porém, afirmam que, na Bahia oitocentista, os motins contra a carestia não foram uma resposta imediata e mecânica do povo à fome, mas também frutos de outras indignações, sentimentos e valores: “(...) insistimos, que não basta levar em conta apenas a barriga do povo e a cabeça do poder para explicar o motim da ‘carne sem osso e farinha sem caroço’”, escrevem os autores, relatando que “uma rede complexa de comportamentos, necessidades, interesses e desejos (...) balançou Salvador durante aqueles dois dias”.⁹

Apesar de ser imprescindível dialogar com esses autores, pois nos ajudam a compreender o passado, as relações sociais e culturais, de forma crítica, reflexiva e filosófica, eu não pretendo trabalhar somente com as multidões em movimento e os motins da fome. Pretendo refletir, a partir da análise dos documentos selecionados, sobre como a fome impactou no cotidiano dos indivíduos em Salvador durante a

4 George Rudé, *A multidão na história: um estudo sobre os movimentos populares na França e na Inglaterra (1730-1848)*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1991, p. 21.

5 Rudé, *A multidão na história*, p. 39.

6 Rudé, *A multidão na história*, p. 84.

7 Rudé, *A multidão na história*, p. 115.

8 Rudé, *A multidão na história*, p. 116.

9 João José Reis, Marcia Aguiar, “Carne sem osso e farinha sem caroço: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”, *Revista de História*, 135 (1996), p. 133-160, p. 158.

Primeira República, no contexto do pós-abolição, e como esses indivíduos reagiram. É o meu objetivo ainda estudar a situação socioeconômica da cidade neste período. Como a fome era vista, como, e em quais veículos, ocorriam as discussões e manifestações sobre a situação alimentar; como o fenômeno da carestia (a escassez de determinados produtos e, por extensão, a alta dos preços) implicava a fome.

Onde posso encontrar a fome, os esfomeados e outros sujeitos que, direta ou indiretamente, se envolviam com esse problema? Entre outros documentos, nos jornais e periódicos da época. Porém, tenhamos cautela. Periódicos como *Leituras Religiosas* e *Revista do Brasil* não nos trazem apenas as conhecidas notícias superficiais, cheias de equívocos e conceitos prévios, mas poemas, poesias, contos infantis, charges, marchinhas de carnaval, sermões religiosos e muitas imagens; em jornais como *A Notícia*, *Gazeta de Notícias*, *Correio do Brasil*, *Diário de Notícias*, entre outros, além de trazerem esses elementos já mencionados, também podemos encontrar debates, queixas, relatórios governamentais, depoimentos de autoridades e pessoas comuns, artigos relativamente extensos e críticos, dentre outros elementos.

I

A 26 de maio de 1889 – a menos de seis meses da derrocada do Império – um periódico cristão, o *Leituras Religiosas*, em um pequeno artigo intitulado “A fome”, lamentava a grande calamidade que assolava a província e todo o norte do Império, onde “a população estorce-se nos horrores da fome”. Mas, aqui, a fome, a seca e todos os tormentos que as pessoas vinham passando aparecem também como “os mais eloquentes testemunhos do amor (de Deus) para com os homens”. Essas calamidades são ainda “oportunas ocasiões, que nos proporcionam a divina Misericórdia de praticarmos o bem”. Por fim, a matéria finaliza refletindo sobre a importância das caridades que foram e deveriam ser feitas pela Igreja e seus membros, e aguardando que o “governo, providente e solícito em procurar o bem-estar do povo”, tomasse medidas para atenuar o sofrimento. Mas alertava que não se devia esquecer que “o nosso pão de cada dia está nas mãos de Deus, e que o primeiro dos governos é o da Providência”.¹⁰

Entretanto, este mesmo veículo de comunicação católico, em março de 1890 – pouco menos de dez meses depois –, murmurando certas reformas da agora República, como a separação da Igreja e Estado, transcreve uma matéria do *O Cruzeiro*, alegando que “depois do Golpe Militar que nos trouxe uma nova forma de governo” a sociedade brasileira se encontrava aflita e indecisa, tomada pela fome: “o comercio amedrontado e quasi estacionário, o cambio em frequentes oscilações tendem a um estado deplorável”.¹¹

¹⁰ *Leituras Religiosas*, 26 maio 1889, www.bndigital.bn.br/acervo-digital/leituras-religiosas/239488, acesso em 18 maio 2019.

¹¹ *Leituras Religiosas*, 02 maio 1890.

Aqui, portanto, a fome aparece também como fruto do novo regime. Em dezembro de 1896, numa matéria intitulada “O Positivismo e a fome”, o *Leituras Religiosas* fará uma comparação entre passado e presente, digo, Império e República. Esta seria positivista, repugnantemente atea (sua religião seria Comte) e uma ditadura. “E o que vimos hontem e o que vemos hoje?”, indaga o articulista. Segundo ele, no ontem “seja como for, ninguém gemia de fome; hoje a população, na luta pela vida, só tem diante de si a perspectiva lugubre da carestia”.¹²

Na verdade, gemia-se de fome tanto no Império quanto na Primeira República. Quando lemos alguns estudos sobre a Bahia oitocentista – como o já citado de João José Reis e Márcia Gabriela D. de Aguiar e *Açambarcadores e Famélicos*, de José Ricardo Moreno Pinho –, percebemos que, durante todo este período, indivíduos e multidões se movimentaram de diversas maneiras contra e/ou por causa da fome e da carestia em Salvador. Há indícios de que, durante a segunda metade do século XIX, o preço dos produtos alimentícios de necessidades básicas só fazia subir.¹³ Seja através de manifestações sociais pelas ruas, comícios, *meetings*, préstitos ou esmolando, a população reclamava da fome e da miséria que lhe assolavam. Por outro lado, ainda havia muitos pobres que “suportavam silenciosamente sua miséria na condição de agregados em casas de família”, como nos narrou Walter Fraga Filho, em *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*, mostrando que existia também a “multidão barulhenta de vendedores ambulantes, serventes e diaristas que enchiam as ruas na luta cotidiana pela sobrevivência”.¹⁴ Percebe-se que a sociedade imperial era demasiadamente hierárquica e desigual.

A carestia, a fome e a miséria republicana são a permanência da carestia, fome e miséria imperial, com as suas variações e particularidades. Ainda na segunda metade do XIX, a maioria dos pobres haviam passado pela experiência da escravidão ou eram descendentes de escravizados. Raríssimos eram os libertos que conseguiam se tornar proprietários; pobres e ex-escravos eram a maioria demográfica na cidade, e ainda “a economia baiana se mostrou pouco flexível à incorporação da mão-de-obra livre ao mercado de trabalho. Por conta disso, o homem livre assumia a condição de verdadeiro deslocado”.¹⁵

É verdade que a cidade de Salvador apresentava graves problemas durante o período republicano, os de infraestruturas, como o “baixo número de casas, superlotação em cada unidade residencial, concentração da propriedade, e péssimas condições de

12 *Leituras Religiosas*, 20 dez. 1896.

13 José Ricardo Moreno Pinho, *Açambarcadores e famélicos: fome, carestia, e conflitos, em Salvador (1858-1878)*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

14 Walter Fraga Filho, *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994, p. 14-15.

15 Fraga Filho, *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*.

moradia para a maior parte da população”¹⁶ que, a partir de 1912, foi empurrada para áreas mais distante do centro, por causa do lento processo de urbanização. Epidemias de varíola, peste, malária, gripe, cólera e febre amarela contribuíam para as mazelas sociais. “Para os inspetores sanitários, nesse período, Salvador ainda representava o cenário ideal para a propagação de doenças, visto que os agentes patogênicos ali encontravam condições favoráveis para a sua proliferação”, escreveu Christiane de Souza, apontando que por toda a parte “abundavam lagoas, córregos, charcos, valas, brejos, cujas margens mal drenadas, de vegetação vigorosa e cheias de lixo e dejetos, era o habitat de fauna variada, inclusive os transmissores de enfermidades diversas”.¹⁷

Pela perspectiva progressista e modernista, Salvador era vista como uma cidade atrasada. Havia também uma ambiguidade no panorama econômico. Embora tenha sido implantada na Bahia uma indústria de alguma importância regional, o estado não conheceu, até a segunda metade do século XIX, um intenso processo de expansão maquinofatureira. Em “A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana”, o economista Paulo Henrique de Almeida relata que grande parte da população economicamente ativa era formada por descendentes analfabetos de escravos e estava concentrada “na prestação de serviços pessoais, no artesanato, na burocracia estatal, na construção civil e no pequeno comércio varejista”, afirmando que, como a expansão das atividades econômicas “era débil, além de cíclica, as cidades baianas não atraíam novos investimentos, nem, por consequência, imigrantes em busca de trabalho”,¹⁸ ficando para trás em relação a outras cidades brasileiras, como São Paulo. As primeiras décadas republicanas foram marcadas também pela instabilidade política, dificuldades econômicas, agitações sociais, manifestações, greves, passeatas e comícios contra a fome, a carestia de produtos de primeira necessidade e alugueis de casas; foram marcadas ainda por reclamações pela falta de saneamento básico na cidade, falta de moradia, e por diversos outros problemas.

A relevância política dessa situação pode ser exemplificada pela atuação do major Cosme de Farias que, acompanhado de outros oradores, discursava para multidões de pobres, de crianças a idosos, que lotavam as ruas da cidade, reclamando contra a carestia. Geralmente, após o *meeting*, o político, jornalista e rábula negro reunia-se com o governador J. J. Seabra ou outras autoridades da capital, levando as demandas da população e exigindo providências.¹⁹ Além disso, ainda se envolvia nas greves de

16 Andréa Rocha Rodrigues, *A Infância Esquecida. Salvador 1900 – 1940*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998, p. 7-10.

17 Christiane de Souza Cruz, “A constituição de uma rede de assistência à saúde na Bahia, Brasil, voltada para o combate das epidemias”, *Dynamis*, 31, 1 (2011), p. 85-105.

18 Paulo Henrique de Almeida, “A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana”, in: Inaiá Maia Moreira de Carvalho, Gilberto Corso Pereira (Orgs.), *Como anda Salvador e sua região metropolitana*, Salvador, Edufba, 2008, p. 18-19.

19 *Gazeta de Notícias*, 03 mar. 1913, 06 mar. 1913, 17 mar. 1913, www.bndigital.bn.br/acervo-digital/gazeta-noticias/721026, acesso em 18 mai. 2019.

operários nas fábricas, mediava as reações entre empregados e patrões.²⁰ Embora, no início de 1913 – ano que foi eleito com conclamação popular como presidente do Comitê Popular Contra A Carestia da Vida –, Cosme de Farias evitasse “acusação direta ao governador Seabra, tática evidenciada como a atribuição dos aumentos dos preços à política fiscal da União”, com o decorrer do tempo o major “passou a atribuir a responsabilidade a ele [Seabra] e aos comerciantes, a quem chamava de ‘exploradores do povo’”.²¹

Ironicamente, os anos de 1912-1916, que foram, como nos mostrou Rinaldo Leite, de “inaugurações e reinaugurações de estabelecimentos sob moldes modernos, em que se notavam a melhor estética e a maior qualidade nos serviços”, anos de construções de edifícios públicos, alargamento das ruas, de reformas urbanas, de tentativa de modernizar e civilizar a cidade,²² também foi o período em que as reclamações contra a carestia, fome e miséria pipocaram. Às 12 horas do dia 17 de março de 1913, bandeiras com “O povo tem fome” e “Abaixo especulação” eram vistas no meio de centenas de pessoas que ocuparam a Calçada do Bonfim e que se dirigiam em manifestação à ladeira do Taboão, passando pela praça Deodoro e Rio Branco. Por onde passava, o préstito incorporava pessoas. Das janelas aos telhados das casas havia pessoas apinhadas observando.²³ O *Gazeta de Notícias*, com uma matéria intitulada “A Carestia da Vida. A população da Bahia está quasi ás portas da fome”, reclamava que a vida estava demasiado difícil. Feijão, arroz, farinha, açúcar, peixe carne seca e verde – em geral os gêneros alimentícios de primeira necessidade – estavam todos custando os olhos da cara. Para completar, havia a ameaça de subir ainda mais. O prenúncio da subida do preço da carne verde teria como justificativa a seca que assolava o sertão, zona da criação de gado. Mas e os outros produtos? O açúcar estaria caro por causa de um monopólio criminoso: “O mesmíssimo assucar que adquerimos a 800 e 900 reis o kilo, é exportado, segundo estamos informados, depois de bem sugado, o suor dos nossos patricios, por 250 e 300 réis”, o jornal exigia que o governo do município intervisse “com maximo vigor para cessar de vez tamanho absurdo”.²⁴

Na verdade, desde o início do período aqui estudado – e inclusive antes dele – o problema da carestia foi justificado pela seca. Quando a Presidência da Província, ainda em maio de 1882, enviou um ofício à Câmara Municipal pedindo com urgência soluções para a carestia dos gêneros de primeira necessidade, para que a população não

20 Mônica Santos Celestino, *Réus, analfabetos, trabalhadores e um major – a inserção social e a política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005, p. 73-75.

21 Celestino, *Réus, analfabetos, trabalhadores e um major*, p. 73.

22 Rinaldo Cesar Nascimento Leite, *E a Bahia civiliza-se...: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador. 1912-1916*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996, p. 53-62.

23 *Gazeta de Notícias*, 17 mar. 1913.

24 *Gazeta de Notícias*, 03 mar. 1913.

sofresse com a “ganancia ou monopólio de indevidos que, no intuito de auferir lucros, não atendem às classes menos abastadas”, chegou ao conhecimento da Câmara que “a alta dos preços é determinada pela seca que flagellou a província”, e pela transição brusca para intensas chuvas que deterioraram as plantações de mandioca e diminuíram sensivelmente a produção, fazendo com que “os municípios que em circunstâncias normais abastecem de farinha o nosso mercado, estejam agora carecendo importá-la. Assim, diminuída a produção e aumentado o consumo, necessariamente deveria dar-se a alta do preço”.²⁵ O já mencionado José Ricardo Moreno Pinho diz que, durante este período, de fato, a seca causava escassez de determinados produtos e promovia a carestia. No entanto, aponta outros fatores, como “a manipulação dos preços por parte dos comerciantes, e uma concorrência entre o mercado consumidor local e as praças mais atingidas pela seca”.²⁶

No mais, nas fontes a que tive acesso e analisei, as passeatas eram descritas como pacíficas; no máximo havia ocupações de bondes e fechamento de casas comerciais, aliás, com o chefe de polícia, Álvaro Cova, o comandante da Guarda Civil e diversos policiais sempre acompanhando. Mas Mônica Celestino nos mostra que nem sempre foi assim, a exemplo do período da Primeira Guerra (1914-1918), quando foi registrada até a “aquisição de mercadorias por parte dos manifestantes, sem pagamento, porque desconfiavam que os negociantes estavam fazendo especulação”, escreve a autora de *Réus, analfabetos, trabalhadores e um Major*: “houve momentos de tiroteios, quebra-quebra, suspensão das atividades do comércio em algumas localidades, e até mortes” – e, inclusive, proibição de novos comícios.²⁷

Das bandeiras na manifestação com os dizeres “O povo tem fome” e “Abaixo a especulação” às reclamações feitas pelo articulista do *Gazeta de Notícias*, relatando, além da fome e carestia, os valores praticados no comércio local e na exportação, chamando de “monopólio criminoso”, passando por outras fontes analisadas (como alguns discursos versos, marchinhas publicados nos jornais), percebe-se em alguns setores da sociedade uma forte indignação, um sentimento de desrespeito, injustiça e, como fica evidente, de estar sendo vítima de algum crime. Dessa forma, perversamente, unia-se a fome à vontade de comer –, neste caso, à vontade de um tipo de justiça social. A maioria das reclamações sobre fome e carestia eram acompanhadas de críticas aos governantes, exigências de explicações, e ainda não se referiam apenas ao alimento, mas também ao valor dos alugueis das casas, por exemplo. Os líderes, os articulistas e a massa queriam saber o porquê dos preços exorbitantes dos produtos de primeira necessidade. E a explicação deveria vir com uma solução! Em 1903, um articulista, no jornal *Correio do Brasil*, fazia duras críticas ao governo por causa da fome, da miséria na cidade e da

25 *Diário de Notícias*, 16 mai. 1882, www.bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-noticias/098167, acesso em 18 mai. 2019.

26 Pinho, *Açambarcadores e famélicos*, p. 26.

27 Celestino, *Réus, analfabetos, trabalhadores e um major*, p. 73-75.

negligência dos senhores do governo, que “folgam e se divertem, vão a espetáculos e assistem a festas, riem-se e têm alegrias”.²⁸ Quando o major Cosme de Farias solicitou alimentação para os presos que estavam há dias sem comer, o título da matéria do jornal *A Notícia* era “Pelos que têm fome. Um pedido justo”.²⁹ Mesmo como toda as críticas que eram feitas aos indivíduos que iam presos, não seria justo deixá-los passar fome. A fome era utilizada como um apelo: quando os funcionários públicos estavam com seus salários atrasados, dizia-se que o governo queria matar os trabalhadores de fome. Num verso publicado no jornal *Correio do Brasil*, em 1904, a fome estava presente no duro ataque ao Governo da Bahia:

Não ha governo no mundo
Tão perverso, tão traidor
Tão cheio de tyrania
Como este governo imundo
Que faz o governador
<na nossa cara Bahia>
Que morra o povo de fome
A passar necessidade
<na nossa cara Bahia>
Ha alguém porem que come
Pois em toda esta cidade
Severo é quem mais espia.³⁰

Seria impossível, portanto, minha perspectiva sobre tal fenômeno se encaixar naquilo que Edward Thompson criticou e chamou de “visão espasmódica”, de alguns historiadores que cometeram um “reducionismo econômico crasso”,³¹ observando os homens e mulheres que se movimentaram nas multidões quase como se fossem seres irracionais, e não seres complexos na sua forma de agir, pensar e sentir. O que moveria as multidões, neste panorama, seria a fome, a alta dos preços, desemprego etc. Negligenciase, desse modo, os valores culturais, tradições, costumes, sentimentos, dentre outras coisas.³² Entretanto, não parto para o outro extremo, negando os efeitos imediatos da fome (como a preocupação e o medo) nas ações e sentimentos de muitos indivíduos. No período aqui estudado, de fato, a fome dava muitas bordoadas na população pobre. Talvez seja alguns exemplos os sujeitos literalmente morrendo por não ter acesso à

28 *Correio do Brasil*, 06 out. 1913, www.memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721069&pasta=ano%20190, acesso em 27 mai. 2019.

29 *A Notícia*, 05 out. 1914, www.bndigital.bn.br/acervo-digital/noticia/720160, acesso em 18 maio 2019.

30 *Correio do Brasil*, 24 mar. 1904.

31 Thompson, *Costumes em comum*, p. 150-151. Ver também: Edward P Thompson, *A formação da classe operária inglesa*, 1: a árvore da liberdade, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

32 *Ibidem*.

alimentação, ou pais de famílias furtando para levar comida para suas casas. Na verdade, Thompson não nega o efeito imediato da fome sobre as pessoas: ele nos mostra várias passagens em que os indivíduos se mostravam indignados com ela.³³

A análise de George Rudé é muito importante para nós. Ele vê uma “rica variedade de motivos e crenças, através dos quais as questões econômicas e os apelos aos diretos consuetudinários existiam, lado a lado, com novas concepções de lugar do homem na sociedade”, afirmando, com pertinência, que essa combinação de crenças e aspirações não é uma característica peculiar à multidão pré-industrial, mas “ela existe, com a mesma evidência, embora com diferentes ênfases e variações, nos distúrbios de hoje, como existia nos tempos antigos e nos medievais”.³⁴ A fome parece ser uma problemática que fazia parte de diversas esferas do cotidiano baiano. Estava nos debates políticos, nas reivindicações sociais, nas letras de músicas, nas denúncias, nos sermões da Igreja. Personificava muito sentimentos humanos, individuais e coletivos.

Vejamos. Um conto infantil que circulava na *Revista do Brasil*, de 1907,³⁵ com o título “O Grão Preguiça”, narrava a história de Paulo, mais velho dos irmãos, um garoto inteligente, dotado de uma rara percepção, porém tão indolente e vadio que “jamais conseguira dar uma lição sabida”. Os mestres se desesperavam com ele; os pais ameaçavam-no; mas tudo era em vão. Paulo não queria estudar; só queria ficar horas e horas deitado lendo romances, tendo preguiça até mesmo de ir à mesa jantar. Pelo seu caráter avesso a qualquer trabalho, o garoto ficou conhecido, até a vida adulta, pela alcunha de Grão Preguiça. Enquanto seus pais estavam vivos, Paulo tinha uma vida farta e de regalia, fazendo somente comer e dormir. Após a morte dos pais, os irmãos se separaram, cada um construindo sua família. Paulo se vê, então, sem saber fazer nada, e, mesmo caindo na extrema miséria, repugnava-lhe a ideia de ter que trabalhar. “Não nasci para burro de carga!”, dizia o jovem. Até que

Chegou o dia de maior penuria, – o dia da fome. Grão Preguiça, que a principio tinha amigos que delle compadeciam, convencidos de que o pobre merecia dó, por ser victima de uma moléstia caracterisada pela mais invencivel indolencia, por fim viu-se abandonado até por esses, fatigados de aturarem <um malandraço>, como diziam. Veiu pois a fome, e com ella todo o seu cortejo de horrores... Paulo era muito orgulhoso, e resistia quanto possivel, até que dado momento aguilhoado por uma caimbra no estomago vazio, não poude reprimir um grito, e desesperado apelou para Misericordia Divina. – Valei-me, Deus do Céo! Gritou ele. A supplica do jovem moço foi logo attendida. Uma rapariguinha muito viva e muito engraçada entrou no quarto de Paulo e, tirando do avental tres melancias de diferentes tamanhos, disse: Aqui lhe trago o que

33 Como exemplo, podemos citar o mineiro que alega que as medidas do Parlamento ajudariam a matar o povo de fome: “só temos uma vida a perder, e não vamos morrer de fome”. Thompson, *Costumes em comum*, p. 171.

34 Rudé, *A multidão na história*, p. 252.

35 Provavelmente o conto é bem anterior a esta data.

comer, senhor Grão Preguiça. Mas saiba que isto assim não é vida; é preciso ocupar-se de alguma coisa, trabalhar, ganhar o pão... (...). Como por milagre dentro da fructa sahiu um verdadeiro banquete (...).³⁶

Deste então, Grão Preguiça se tornou uma nova pessoa, e essa alcunha não mais faria jus a suas atitudes e seus pensamentos: passou a estudar e fazer outras atividades. Mas não sejamos incautos. À primeira análise, este conto para crianças tem várias lições morais e espirituais: o valor do trabalho, o mal que é o pecado da preguiça, a importância de estudar e obedecer aos pais, o poder da Providência, da Misericórdia Divina, etc. Mas também a punição para tudo de errado era a fome. Não foi apenas perder os pais, ficar sozinho, mas também a fome! Naquele contexto em que a escravidão já havia sido abolida, a fome era um dos piores males que o ser humano poderia ser vítima. Muitas pessoas já haviam experimentado e muitas estavam de fato experimentando a fome, e se sabia o quanto desagradável e amargo era seu gosto. Ela se misturava, se impregnava e se manifestava na cultura, no sentimento e na psique popular.

É verdade: a carestia e a fome foram grandes problemáticas na vida dos baianos durante a Primeira República. Causaram muitas preocupações, debates, mobilizações e também miséria. O povo, por sua vez, não ficou passivo perante às circunstâncias e buscou meios para não ser engolido por elas. Ora em manifestações, greves e passeatas, ora em reuniões, formando organizações para lutar contra a carestia e seus efeitos colaterais. Seja de forma pacífica ou mais acalorada,³⁷ seja – o que pode ser visto como uma crítica bem-humorada e bastante sarcástica das lóstimas cotidianas – cantando na marchinha carnavalesca:

[...] Vamos todos ao maxixe,
Vamos todos á folia.
Fora o tédio do anno inteiro!
Espetamos todo o mal,
Com o reboiço e com os risos
Dos dias do carnaval!
Esqueçamos, um momento,
A pindaHYBA malvada.
E gritemos pelas ruas:
< Tu não me conheces damnada? >

36 *Revista do Brasil*, Ano II, N 8, Bahia, 24 dez. 1907, <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=390062&pasta=ano%20191>, acesso em 27 mai. 2019.

37 Embora Nancy Assis alegue que, “apesar da eclosão de movimentos reativos, protagonizados pelos trabalhadores e pobres em geral - greves, manifestações contra a carestia, o desemprego, etc. -, ao longo de todo o período estudado (1889-1930), as questões sociais ficariam sem solução definitiva”. Nancy Rita Sé de Assis, *Questões De Vida E Morte Na Bahia Republicana: Valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996, p. 30.

Que nos importa a desgraça
Da carestia da vida?
Avante! Rapaziada,
Para a festa decidida! [...] ³⁸

Ou enfrentando os preços exorbitantes através da pechincha – por sinal, uma prática conhecida até os dias de hoje –, comprando fiado, ou procurando outros produtos que substituíssem os que seriam de costume. No início de 1915, açougueiros estavam reclamando que os vendedores de xaréu estavam roubando seus clientes; preocupados, alegavam que não havia mais fregueses certos

Outro dia um freguez mandou pezar 2 kilos de filet, 1 de chan de dentro e 2 de chupa molho. Quando estava pezando, um desgraçado, que vinha com o cavalo (...) gritou – olha o charéo. O homem largou tudo em riba do balcão e foi comprar o maldicto charéo. Ah! Não lhe nego não! Se não fosse medo da cadeia, eu tinha esganado o infame chareozeiro. O governo deveria proibir que se vendesse charéo pela rua. Devia fazer um mercado bem longe. Quem quisesse que fosse lá comprar a porqueira (...). Essa gente faz economia, comprando esse peixe sarvage, para gastar depois com a pharmacia. Eu tenho um freguez que (...) meteu-se em charéo e teve até erysipela na cabeça. ³⁹

II

Como vimos, desde o século de XIX, o povo padecia com a seca, crises econômicas, carestia e fome – 90% da população se encontrava em condição de pobreza, no final deste século –, ⁴⁰ “de tal modo”, escreve José Aldo Morais em sua obra *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, “que ao iniciar-se a Primeira República a sociedade baiana encontrava-se em sua maior parte, tendo acentuadas as suas desigualdades econômicas”. ⁴¹ Péssima alimentação, moradia, vestes, saneamento básico, subempregos, péssimas condições de trabalho. Não havia na Primeira República uma estrutura socioeconômica capaz de acolher os negros já livres e os libertos no 13 de maio de 1888. Pelo contrário, houve mecanismos, como teorias, leis, códigos e políticas, de exclusão e repressão.

A falta de acesso aos alimentos, por conta da carestia, desemprego e outros motivos, fazia com que muitas pessoas mendigassem e/ou morressem de fome nas ruas da cidade. Cotidianamente, os jornais registravam mortes sem assistência nas ruas de Salvador; cadáveres apodrecendo ao sol: “são mendigos ou vagabundos, desgraçados, que enchem

³⁸ *Gazeta de Notícias*, 03 fev. 1913.

³⁹ *Gazeta de Notícias*, 17 jan. 1915.

⁴⁰ Aldo Josivaldo Silva M. Silva, *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional, 1894-1930*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006, p. 60-62.

⁴¹ Silva, *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*.

as nossas ruas, rôtos, sujos, doentes, pedindo o pão”,⁴² escreveu um articulista do jornal *A Notícia*, em outubro de 1914. Nesta mesma data, foi encontrado, num matagal próximo ao Rio Vermelho, um homem, aparentemente mestiço, doente que, de acordo com este mesmo articulista, se achava há quatro dias sem comer: “deram-lhe uma chicara de café na hora em que o encontraram e o infeliz quasi morre, ao beber o liquido”.⁴³

“A Bahia civilisa-se” era a frase constantemente proferida e escrita, sobretudo a partir de 1912, período em que começam as reformas urbanas. Ao mesmo tempo em que as ruas, já alargadas, recebiam betume, que surgem as grandes edificações modernas, deslumbrando os olhos de quem outrora via os antigos e tetricos pardieiros dos tempos coloniais, continua em compacto abandono a indigência pública, imprimindo na cidade aspectos dolorosos da miséria humana. Enfileirados pelas calçadas estavam os aleijados esmolando; os bancos das praças tornaram-se dormitório de mendigos expostos a intempéries; o que fez um articulista do jornal *A Notícias* escrever: “por toda a parte loucos e dementes vagando sem destino, como judeus da lenda, cobertos de andrajos, ou mesmos nus”. No mesmo período, perambulando com um fardo de roupas e outros objetos na cabeça, uma senhora foi avistada procurando repouso, quando, de tão cansada, teria sentado no passeio de um templo do comércio. O que deu base para um articulista fazer a crítica: “e é com esses tristes aspectos de miséria e de desumanidade que ... a Bahia civilisa-se? Assim não. É preciso assistência aos pobres e aos loucos”, finaliza.⁴⁴

No entanto, nem sempre as notícias de miséria e de pessoas esmolando vinham acompanhadas de indignação e exigências de solução das autoridades. A compaixão era, por vezes, seletiva ou direcionada àqueles que se acreditava realmente necessitados. Dizia o título de uma matéria do jornal *Gazeta de Notícias*, em janeiro de 1915: “é preciso que se acabe com o bando de ciganos”, que vivia suplicando “dá um toston parra comér?”.⁴⁵ Temos de compreender que a sociedade do pós-abolição era demasiada racista e classista, cheia de valores e psicoses. Por um lado, para muitos pobres, é verdade, esmolar era uma forma de sobreviver; era “mais honroso que fazer ‘trabalho de escravo’”; era, com efeito, uma “opção justificável para aqueles que se defrontavam com apenas duas alternativas de vida: pedir ou roubar”.⁴⁶ Por outro, o trabalhado era visto como uma ferramenta civilizadora, que controlaria o sujeito, e o impediria de ir para vadiagem e sobretudo para o crime.

Não por acaso, umas das maiores preocupações nos debates públicos, após o 13 de maio de 1888, era de como transformar os libertos em trabalhadores, isto é, cidadãos. “Era necessário incutir nos cidadãos o hábito do trabalho”, diz Sidney

42 *A Notícia*, 14 out. 1914.

43 *Ibidem*.

44 *A Notícia*, 28 jan. 1915.

45 *Gazeta de Notícias*, 02 jan. 1915.

46 Fraga Filho, *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*, p. 44.

Chalhoub em *Trabalho, lar e botequim*, “pois essa era a única forma de regenerar a sociedade, protegendo-a dos efeitos nocivos trazidos por centenas de milhares de libertos – indivíduos sem nenhum senso de moralidade”.⁴⁷ A vadiagem, a ociosidade, o batuque, a capoeira, o samba e toda a chamada “incultura” que os libertos carregavam, os impediam de serem dignos de usufruir da cidadania que os brancos e livres tinham. “Fazer transbordar para a sociedade pós-abolição as regras sociais do mundo escravista foi o principal empenho das elites”, aponta a historiadora Wlamyra R. de Albuquerque, em *O jogo da dissimulação: “entre as formas de salvar os ex-senhores do desatino estava a de garantir-lhes a exclusividade da condição de cidadão”*.⁴⁸ Para não falar das teorias científicas recheadas de preconceito racial e social que culpavam os negros e pobres pela miséria em que viviam, e que viam na mistura de raças o motivo de todas as mazelas e calamidades sociais. “Essencialmente conservador”, como explica Marcos Napolitano, em *História do Brasil República*, “o pensamento eugênico se concentrava nos efeitos (das) mazelas nas populações pobres, e não propriamente nas causas”.⁴⁹

Talvez, a partir das reflexões de Napolitano e a de Chalhoub, possamos pensar um pouco melhor o esnobismo do alarme feito pela *Gazeta de Notícias*, que afirmava a necessidade de acabar com o bando de ciganos (mulheres e crianças) que vivia pedindo esmolas, implorando e “beijando a todos, em sinal de submissão, e emporcalhando com suas mãos nojentas as vestes de cada um”. O jornal fazia questão de enfatizar que “uma senhorita [teve] sua linda blusa, toda manchada pelas mãos sebosas de uma das ciganas!”, e exigia um fim para essas práticas: “a polícia zelosa tem de por as providencias em praticas”.⁵⁰ No mesmo passo em que fazia essas denúncias com tom de asco, repugnância e antipatia, o articulista reclamava que enquanto as mulheres e crianças mendigavam, os homens estavam entre o fumo e o álcool, nas tavernas.⁵¹ Ou seja, não estavam trabalhando, fazendo aquilo que de mais nobre o homem poderia fazer, a forma que o indivíduo tinha de contribuir para a sociedade. Nesse caso, não é levada em conta a negligência do Estado. Outro exemplo: trata-se um discurso preconceituoso (deste mesmo veículo de comunicação, feito a outubro de 1914), que associa a miséria à preguiça das mulheres (algumas com crianças nos braços), que – segundo o jornal – não queriam trabalhar e estavam pedindo esmolas pelas ruas da cidade. Só o trabalho poderia revitalizar as nauseabundas:

São mulheres fortes e sadias, aptas para o trabalho, a que se negam obstinadamente,

47 Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, Campinas, Editora da Unicamp, 2008, p. 71.

48 Wlamyra R. de Albuquerque, *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p. 122-123.

49 Marcos Napolitano, *História do Brasil República: da queda da monarquia ao Estado Novo*, São Paulo, Contexto, 2016, p. 41-43.

50 *Gazeta de Notícias*, 02 jan. 1915.

51 *Ibidem*.

e ás quaes o descaso do mais rudimentar asseio, auxiliado pelo pó das ruas e suor das longas caminhadas, arma a *mise-en-scène* adequada á comedia da miseria implorativa. Repare, porém, n'essas physionomias cançadas e sujas que a hygiene e o trabalho salutar fariam fortes e talvez sympathicas e tereis a impressão que a calaçaria, a preguiça inveterada, são os factores dessa miseria, assim procurada, para lhes servir de meio de vida. E dizer que nossos serviços domésticos sentem a falta de braços - a braços com a boçalidade das nossas serviçaes creoulas ou mestiças. E pensar que nossas fabricas estão sempre por completar os quadros das operarias precisas ao serviço que lhes é mister.⁵²

III

Além dos trabalhos informais e a mendicância, outro meio de reagir à fome era a gatunagem. Muitos gatunos furtavam para matar a fome. Eram roubados produtos como cereais, farinha e carne seca, frutas, ovos, biscoito, pão, galinhas.⁵³ Foi a fome que fez Sizino Baptista, em janeiro de 1914, roubar um pedaço de carne seca em um armazém na Baixa dos Sapateiros e acabar preso após lançar uma pedra no funcionário que flagrou a ação.⁵⁴ Ela fez jus ao título de uma matéria, “Que fome! Pão p'ra burro”, sobre um faminto rapaz que, numa manhã de 1913, foi preso por furtar pães e outros produtos no balcão de uma padaria.⁵⁵ O jornal *Gazeta de Notícias* anunciou que era “acostumado a passar bem sem dispensar dinheiro” o rapaz que roubou uma lata de biscoito num armazém no Forte de São Pedro.⁵⁶ No entanto, o próprio título diz: “Um trabalho para satisfazer o estômago”. Ademais, no Brasil durante a Primeira República, a pobreza assolava, como apontou Alisson Eugênio: “a população pobre imersa naquela estrutura econômica vivia no limite da subsistência e não raro gemia sob o peso da miséria”.⁵⁷ Eram muito os presos por furtar alimentos e produtos de necessidade básica. “Desde menino que roubo e estreei numa venda furtando bolachas por não encontrar dinheiro”, relatou, em 1914, um jovem, ex-aprendiz de marinho preso.⁵⁸

A fome era o ponto de convergência das motivações da maioria dos indivíduos que agiam fora da lei: fossem gatunos ou ladrões, no Brasil, ou os que faziam parte do banditismo social, em várias regiões do mundo (inclusive os cangaceiros), estudado por Eric Hobsbawm em *Bandidos*. Não é que todos os grupos e indivíduos fora da

52 *Gazeta de Notícias*, 18 out. 1914.

53 Osnan de Souza Silva, “Da fuga ao furto: um estudo sobre a gatunagem em Salvador Pós-Abolição (1889-1920)”, *Revista Outrora*, 1, 2 (2018), p. 146-164, p. 154.

54 *Gazeta de Notícias*, 09 jan. 1914.

55 *Gazeta de Notícias*, 04 set. 1913.

56 *Gazeta de Notícias*, 04 set. 1913.

57 Alisson Eugênio, “Pobreza e problemas sociais no interior do Brasil da Primeira República: o caso de Alfenas-MG”, *Revista de História Regional*, 22, 1 (2017), p. 34-52, p. 38.

58 *A Notícia*, 14 out. 1914.

lei estavam ali somente por causa da fome. Cada um guardava seus diversos motivos e aspirações, e a fome, a pobreza e a situação socioeconômica certamente estavam na maioria das listas, senão em todas. “O banditismo tendia a tornar-se epidêmico em épocas de pauperismo ou de crise econômica”, escreveu o historiador inglês, apontando que “os Aheriya de Uttar Pradesh (Índia), sempre uma tribo de caçadores, criadores de aves e ladrões, ‘não se transformaram em assaltantes de estradas senão por ocasião da grande fome de 1833’”.⁵⁹ Hobsbawm ainda nos ensina um antigo provérbio chinês: “É melhor infringir a lei que morrer de fome”.⁶⁰

Assim como muitos dos sujeitos que se encaixam no banditismo social, de Hobsbawm, boa parte dos gatunos não eram somente gatunos. Eram, com efeito, pais de famílias, trabalhadores e desempregados, que roubavam porque não tinham, ou para complementar o pouco que tinham.⁶¹ É claro que isso não é uma regra. Assim como os bandidos sociais, eles estavam à margem da lei antes mesmo de cometer algum furto ou algum ato que aceito e praticado pelo costume local, mas tido como errado pelas autoridades – o que se chamava de vadiagem é um exemplo.

Ironicamente, um gatuno que furtava para matar a fome e acabava preso, no final das contas, passava fome dentro da cadeia também. Em muitas instituições, como alguns asilos e cadeias, a situação não era diferente das ruas: as pessoas padeciam de fome. Solicitações às autoridades para providenciar alimentação para os presos, como a feita pelo major Cosme de Farias em outubro de 1914,⁶² encontram-se em abundância. Um ano antes, o jornal *Correio do Brasil* fazia duras críticas ao governo, por causa da situação dos asilos e estações policiais. Nesta estariam amontoados indivíduos de todas as idades e sexos, inclusive, sujeitos com problemas de saúde mental, os chamados loucos:

Em todo a antiguidade destruída e ignorante, o louco mereceu especiaes atenções de todos, chegando a ser por muitos povos adorados como profetas: na Bahia, o louco é um animal feroz que se encerra em verdadeiras jaulas, desprezados, esfarrapados, nus, mortos á fome. Vem tudo isso á baila pelo facto, de que tivemos conhecimento, de estarem recolhido ao xadrez da estação policial do Garcia 5 infelizes alienados, que ha perto de tres mezes foram enviados do interior do Estado. (...) O embotamento do dr. Governador chegou já ao ponto de consentir que sejam mortos á fome, em plena capital, indivíduos recolhidos por doentes a um xadrez de estação policial? (...).⁶³

Conclusão

Os estudiosos do período, Sidney Chalhoub, Wlamyra Albuquerque, Walter Fraga

59 Eric Hobsbawm, *Bandidos*, São Paulo, Paz e Terra, 2010, p. 26-27.

60 Hobsbawm, *Bandidos*, p. 15.

61 Souza Silva, “Da fuga ao furto”, p. 156.

62 *A Notícia*, 05 out. 1914.

63 *Correio do Brasil*, 06 out. 1913.

Filho, Marcos Napolitano, dentre muitos outros – sem negar que a abolição da escravidão fora uma conquista árdua de muitos setores da sociedade, assim como o advento da República; e sem deixar de apontar as transformações históricas estão todos de acordo que a República carregou algumas das engrenagens do Império e mesmo da Colônia, e que a população negra e pobre continuou tendo muitas dificuldades para viver na sociedade brasileira. Quando lemos, por exemplo, José Murilo de Carvalho em *Os Bestializados*, percebemos que o peso das tradições escravista e colonial obstruía o desenvolvimento das liberdades civis.⁶⁴ A história da República brasileira até a metade do século XX é também “o resultado dramático da força inercial das estruturas políticas e econômicas excludentes herdadas da Colônia e reforçadas entre o final do século XIX e início do XX sob uma roupagem republicana”.⁶⁵

Ademais, a partir desta pesquisa e de muitas outras que estão sendo feitas, pode-se perceber que a fome e a carestia atacaram de forma violenta a população pobre e negra de Salvador, causando desespero, doenças e mortes. Por outro lado, houve revide através de manifestações, passeatas, greves; houve tentativas de driblar a fome através da mendicância ou do furto, de driblar a carestia por meio da pechincha, ou substituição de um alimento por outro. Muitos setores da sociedade acreditavam que a culpa de toda a situação calamitosa era dos governantes e dos especuladores, açambarcadores etc., e não pouparam as críticas e ataques, de diversas formas. É preciso pensar também que a fome e a carestia são fenômenos diferentes, embora muitas vezes, mas nem sempre, o segundo ocasione o primeiro.

Embora o recorte deste trabalho seja um curto período (de 1889-1920), a fome no Brasil, acredito, é um fenômeno que pode e deve ser estudado a longo prazo. A fome e a carestia das primeiras décadas do século XX, suas motivações políticas, climáticas, sociais e econômicas, a concepção popular sobre elas, têm raízes nos processos históricos dos séculos anteriores. Assim, estudar a fome e a carestia na Primeira República, no pós-abolição, além de nos ajudar a compreender melhor o passado, o mundo, quiçá nos ajude também a uma melhor compreensão do presente.

64 José Murilo de Carvalho, *Os Bestializados: o Rio De Janeiro e a República que não foi*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 162.

65 Napolitano, *História do Brasil República*, p. 11.